

MULHERES PORTUGUESAS NA BELLE ÉPOQUE MANAUARA, 1880-1920.

MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

Desde cedo a construção de uma História das Mulheres no Amazonas, esbarrando num silêncio documental já aferido em outros lugares, exigiu um olhar para registros alternativos, como as crônicas de viagens, as fontes literárias, as vívidas recordações de memorialistas e depoentes, com suas memórias a transbordar sensações e sentimentos. Neste empreendimento ganhou destaque também a crônica jornalística cotidiana, com sua capacidade de não apenas “retratar” a condição feminina de uma época, mas também e principalmente, tentar “modelar” a mulher, ditando-lhe receitas, regras, normas e padrões de comportamento. A título de exemplo, podemos citar o discurso dirigido às moças portuguesas de Manaus pelo jornal *A Voz de Loriga*, publicado ali em 1909:

E vós, moças ingênuas do meu berço, donzelas que a vossa alma se envolve no manto imaculado das vossas aspirações de felicidade conjugal que vos espera! Sede estudiosas, activas, nos vossos misteres caseiros, que com o vosso carinho, como o vosso sentimento de boas esposas, quando lá chegardes, a esse ninho em que os atractivos de vossa alma carinhosa toda a virtude se concentra, dareis aos vossos filhos esse nobre dote que se chama instrucção, que tereis assim cumprido com o vosso dever, dando à pátria um filho de vós e de bom portuguez. Jeremias Pina.

Temos nos empenhado nos últimos anos em perscrutar as dimensões - sempre múltiplas! - desse viver feminino no Amazonas, porém, para este artigo procuramos direcionar nosso enfoque mais especificamente para a mulher portuguesa que imigrou para o estado do Amazonas durante no final do século XIX e início do XX, concentrando-se prioritariamente em sua capital, Manaus, que teve sua estrutura urbana e cultural bastante impactada, patrocinada principalmente pelo lucros auferidos pelo boom da borracha, como informa Nogueira da Mata:

Com o dinheiro da Borracha, sob a guarda de administradores como Eduardo Ribeiro, o Pensador, deu-se início à execução de suntuosas obras públicas - a instalação dos Serviço de Tração e Luz, o abastecimento de Água e o lançamento de Bondes Elétricos, não conhecidos em outras Unidades da Federação. Trechos da cidade aterrados devido à invasão dos

igarapés, abertura de ruas e avenidas, levantamento, enfim, de gigantescos edifícios, como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça. Pontes de alvenaria e metálicas foram erguidas, como a de “Benjamin Constant”... ligando o centro ao populoso Bairro da Cachoeirinha.”

Neste novo cenário, as comunidades de imigrantes estrangeiros e nacionais se multiplicavam, tentando acomodar-se na cidade por meio de laços de convívio e sociabilidades. Os Ingleses, em pequeno número, mas com grande poder aquisitivo, em decorrência dos altos salários que recebiam pela gerência e representação das firmas oriundas de seu país, assumiam uma condição de transitoriedade, alugando imponentes sobrados nas grandes avenidas mais distantes do centro da cidade. Eram uma exceção. Em geral, comunidades menores, e mais bem orientadas para uma atividade específica, como o pequeno comércio de artigos estrangeiros, ao qual se dedicaram sírios e libaneses, tendiam a concentrar-se em um número pequeno de ruas centrais, em geral próximos aos mercados e das principais ruas comerciais. Já portugueses e espanhóis, representando as duas maiores comunidades estrangeiras em Manaus, tenderam a espalhar-se pela cidade.

Manaus assume um ar mais cosmopolita, lojas com nomes afrancesados, bondes elétricos transportando passageiros a trabalho ou a passeio, livrarias e bancas de revistas exibindo periódicos nacionais e estrangeiros, os buchichos oriundos do interior das lojas, cafés, leitarias, confeitarias e restaurantes invadiam as largas calçadas do centro da cidade, onde podia se observar transeuntes das mais diversas nacionalidades. Estas são imagens que estão cristalizadas na memória de seus escritores e contemporâneos. Assim, por exemplo, era descrita a mais importante e movimentada avenida da época, a Eduardo Ribeiro:

Moderna e movimentada, nas manhãs banhadas de sol, regurgita a Eduardo Ribeiro de transeuntes que lhe percorrem as calçadas largas, quer em busca de Lojas, de Lanchonetes, de Escritórios, de Livrarias, quer atraídas pelo prazer do *footing* tão do agrado dos cidadãos.

Tanto maior a comunidade, maiores as redes de sociabilidades e solidariedades que se criavam, jogando a imprensa um papel decisivo nesse empreendimento. A colônia portuguesa, mais que qualquer outra, esmerou-se nessa atuação, produzindo em todo o Estado mais de duas dezenas de periódicos, de diferentes tipos e formatos, onde pontificaram *O Lusitano*, *A Caridade*, *Alma Portuguesa*, *União Portuguesa*, *O Luso*, *O Cinco D'Outubro*, *República Portuguesa*, *Pátria Portuguesa*, *O Poveiro*, a *Voz de Loriga* e o *Loriguense*, *Loriga Literária*, *O Povo de Loriga*, etc. Neles se podia ler, além das notícias de Portugal (alvo maior do desejo do imigrante), notícias locais e convites diversos em que a comunidade era acionada para realização de festividades esportivas, comemorações religiosas e políticas (como o 5 de outubro). Lá estavam também as constantes mobilizações em prol dos carentes e desvalidos, para quem foram pensadas as sociedades caritativas e repatriadoras. Nestes espaços a presença feminina era marcante e vistas com bons olhos pela sociedade.

A se levar em conta as notas jornalísticas do período, resulta digno de nota a importância que a comunidade dava às ações de benemerência e assistência, tão logo começou a se adensar na cidade. O desejo de construção de um hospital, para dar assistência a seus compatriotas, já constava dos interesses da comunidade portuguesa desde o ano de 1873 quando criaram a Fundação da Casa de Saúde da Sociedade Beneficente Portuguesa, porém as condições financeiras e de infraestrutura não o permitiram. Vai ser somente em 1893, que conseguem construir e inaugurar o Hospital Beneficente Portuguesa, até hoje referência na cidade. Dele faz a seguinte referência o jornal *A Caridade*:

Beneficente Portugueza

Inaugurou-se enfim o Templo de Caridade ha muito projectado pela Colonia Portugueza n'este Estado.

Trabalho de alguns anos, concurso de muitas forças, labores de muitos espíritos fortes, deram como consequência o tempo em que o abençoado pão da Caridade é distribuído, levando a alma dos que sofrem o lenitivo a suas dores e consolo ao seu coração.

A Beneficente tem sido o auxilio mutuo aos portugueses que vivem n'este grande Estado, e que n'elle vieram procurar campo para lucta pela vida.

É comum referenciar este momento para Manaus, como fortemente influenciado pelo capital inglês e pela cultura francesa, porém os números acerca da entrada de imigrantes portugueses na virada do século XIX para o século XX são significativos e revelam a predominância deles no processo migratório. Em 1895, Lourenço da Fonseca, salientava que de uma população de 25.000 habitantes, possivelmente um terço dela era composta de estrangeiros, dos quais a maioria era oriunda de Portugal. Anos mais tarde, o médico Hermenegildo de Campos referendava tais informações afirmando que “quanto à nacionalidade da população na capital [Manaus] podemos calcular perto de 10.000 estrangeiros para 50.000 brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em 5.000”.

A presença lusitana em Manaus pode ser aferida a partir da construção do casario, na alimentação, na fundação de clubes, no traçado da cidade, que segundo André Vidal de Araújo possuía “a geometria dos riscados coloniais portugueses”, através de suas inúmeras igrejas, cuja construções obedeciam ao “velho tipo da maioria das igrejas que sofreram influencia lusitana” e até nos sobrenomes de parcela significativa da população.

Os Araujos, os Carvalhos, os Rosa, os Leite, os Loureiro, os Fernandes, os Barbosa, os Vasconcelos, os Machado, os Lins, os Sá, os Gomes, os Sanches, os Amorim, os Rodrigues, os Cardoso, os Carneiro, os Santos, os Pereira, os Bento, os Canavarro, os Beça, os Vinagre, os Ribeiro, os Corrêa - [que] formaram grandes troncos de famílias importantes.

De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e de mercearias na cidade constituindo “a maior parte do trabalhador dirigente, do comércio a retalho e do grande comércio”, o que resultava em remessas significativas, rendendo “anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”. Foram também donos de casas aviadoras e marcaram presença ainda no pequeno setor industrial manauara onde na maioria das vezes empregavam mão-de-obra predominantemente portuguesa, conforme informa o jornal *A Voz de Loriga* de 1909, em artigo onde agradecia a comunidade loriguense o esforço para angariar dinheiro para remeter a sua cidade natal:

Não deixaremos de fazer menção aos donos das olarias e seus trabalhadores, Loriguenses que habitam a margem esquerda do *Rio Negro*.

Todos foram de um sentimento patriótico indestrutível, pois que sem o auxílio d'esses laboriosos e rudes trabalhadores, que amassam o barro e fazem o tijolo que o diabo compra e não paga, não se teria conseguido o empreendimento em benefício de Loriga.

Com relação ao gênero, Hermenegildo de Campos registra com base no movimento portuário de 1905, que dentre os imigrantes chegados à Manaus naquele ano, 13.929 eram homens e 2.510 mulheres, perfazendo uma relação de 1.000 homens para 180 mulheres. Tal cifra reforça a ideia mais comum de uma migração que atraía prioritariamente homens, com as mulheres sendo *puxadas* posteriormente, em geral, após algum sucesso na acumulação de recursos por parte de seus cônjuges, parentes ou pretendentes.

Já no censo de 1920, registrou-se a presença, “no Amazonas, de 8.376 portugueses, sendo 6.103 homens e 2.273 mulheres”. Samuel Bemchamol destacou que essa proeminência masculina “facilitou o processo de integração e miscigenação pelo casamento com mulheres nativas”. O intelectual foi também sensível quanto ao papel desempenhado pela mulher portuguesa, iluminando-a, mesmo que em linhas gerais, nos seus afazeres cotidianos. Dizia ele:

Onde houvesse uma esquina, havia um português com certeza lá estabelecido, com a ajuda da esposa portuguesa. A estratégia comercial era muito trabalho e economia. A sala da frente era ocupada pelo balcão, prateleiras e caixa registradora, para expor a mercadoria, atender os fregueses

de caderneta e receber o pagamento e anotar o fiado. Nos fundos da casa, a mãe portuguesa tomava conta do lar e educava os filhos à velha moda lusitana, aprendida nas suas vilas e aldeias dalém-mar, pois a maioria das famílias provinha de regiões empobrecidas do norte e do médio Portugal.

Ainda com o olhar voltado para a obra de Benchimol, é possível destacar a presença de estratégias matrimoniais no seio da comunidade. Se o processo de miscigenação foi efetivo, e, como se viu, envolveu basicamente homens portugueses e mulheres nativas, nem por isso a comunidade deixou de priorizar casamento entre seus membros, em especial quando vinculados a famílias de posses, como adiante se verá. Dessas estratégias diz o autor:

As famílias que ficavam em Portugal passavam, anos e anos, sem notícias dos seus parentes, até que um dia chegava carta comunicando a próxima visita do filho pródigo que, afinal, conseguira amealhar alguns contos e, assim, podia visitar a família. De modo geral, a carta pedia que os pais conseguissem esposa digna, para fazer companhia e criar novo lar, também com numerosa filharada. Geralmente, a moça era escolhida na própria aldeia e a preferência caía numa prima, parente longínqua, vizinha, ou amiga dos pais, virgem, honesta e capaz de trabalhar e parir.

O periódico *Alma Portuguesa*, um dos porta-vozes da comunidade no Amazonas, em sessão que em muito lembra o chamado *colunismo social* dos jornais contemporâneos, dava contínua vasão a eventos sociais dos membros mais destacados da colônia, com grande destaque para os enlaces matrimoniais: Assim, em maio de 1915, em publicação de primeira página e com direito a fotografia dos nubentes, o jornal anunciava:

Realiza-se hoje, pelas 4 horas da tarde, na residência do conhecido e conceituado comandante da marinha mercante fluvial, Snr. João Casemiro da Conceição, primo da noiva, o enlace matrimonial dos nossos estimados patrícios Exma. Snra. Judith Clara da Conceição e Snr. Joaquim Chripim de Oliveira, ha bastante anos residentes n'esta capital.

Tanto nos jornais da colônia, quanto na imprensa nativa, as imagens da mulher portuguesa trabalhadora, são bem mais difusas, esgueirando-se por entre ocorrências policiais, onde quase sempre aparecem vítimas da dominação e da violência masculina; ou ainda por entre anúncios de emprego, bastante indicativos dos lugares que elas ocupavam na esfera do trabalho urbano.

Com relação às práticas de violência que aparecem nos jornais associadas a mulheres integrantes da comunidade portuguesa percebemos que recaem sobre elas as mesmas prá-

ticas a que se viam submetidas as mulheres nativas ou estrangeiras de outras nacionalidades. O que podia agravar tais ações era antes o componente socioeconômico que o étnico.

De qualquer forma, mesmo mulheres de posse ou de famílias ricas estavam sujeitas a sofrer violências, embora estas, em especial, tendessem a ocorrer no âmbito doméstico e a referir-se em maior ou menor grau aos tradicionais expedientes da dominação masculina, quase sempre sufocando ou inibindo a denúncia. Já a violência contra mulheres pobres era visivelmente mais corriqueira e delas os jornais deram larga difusão, sendo bastante ilustrativa a notícia registrada pelo *Jornal do Comércio*:

À avenida Joaquim Nabuco, cento e oitenta e sete, a portuguesa Maria do Carmo, cozinheira, ao sair para trabalhar, foi vítima indefeza, hontem, da agressão estúpida de Augusto Basilio, que pensando ser a pobre mulher uma meretriz, lhe desfechou, em plena face, uma vigorosa bofetada.

A crônica policial por nós compulsada também menciona com certa frequência a ocorrência de crimes mais graves, como homicídios, raptos e defloramentos. Assim, em matéria do *Jornal do Comércio* de 1908, é possível ler a seguinte notícia:

Ao promotor publico do 2o. Distrito foram remettidos pelo escrivão Luiz Elyzio, do 1o. Districto policial, o inquérito, também procedido ex officio, com relação ao defloramento da menor Elisa de Jesus, portuguesa, de que é acusado Francisco Hortencio Monteiro, e o inquérito, também ex officio, aberto com relação ao defloramento de Maria das Dores Silva, cearense, de que é acusado Mario Ramos.

Mulheres identificadas como portuguesas aparecem também nas páginas dos jornais, em anúncios, por onde ofereciam diversos serviços. Um deles, publicado pelo jornal *Alma Portuguesa*, dizia: “SENHORA portuguesa com pratica de enfermagem, e fazendo parte da Associação da Cruz Vermelha, oferece seus serviços à illustre classe medica para tratar de senhoras”.

Em muitos anúncios demandados por potenciais empregadores, a ocorrência do complemento “prefere-se portuguesa” é claro indicativo de que, em Manaus, os trabalhos femininos apresentaram interferências étnicas, provavelmente, opondo as valorizadas mulheres estrangeiras à mão-de-obra local. Foi comum que essa preferência se apresentasse em anúncios para trabalhadoras domésticas destinadas às casas das famílias mais abastadas. Assim, enquanto ingleses preferiam barbadianas, oportunizando assim o baixo

custo e o domínio de seu idioma; nas demais famílias de posses, essa prioridade era dada às mulheres portuguesas, que assumiam os ofícios de governantas, babás e amas de leite, além de cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras e costureiras, lavadeiras, sendo estas últimas contratadas não apenas por particulares, mas também por proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade, cujo número crescia acentuadamente. Assim, em 12 de junho de 1913, na coluna Avisos Uteis o *Jornal do Comércio* anunciava: “COSINHEIRA - Precisa-se de uma para casa de pequena família; prefere-se portuguesa. Trata-se no American Bar, Theatro Polytheama.”

Entreposto comercial da borracha, Manaus se encheu de lojas e firmas comerciais. Nelas as mulheres eram, em geral, vendedoras nas lojas de artigos de luxo e/ou destinadas ao consumo feminino, além de modistas nas confecções. Além do mais, tanto as notas jornalísticas, quanto a iconografia do período, indicam que as firmas comerciais e os escritórios passaram a contar com um número cada vez maior de secretárias, amanuenses e datilógrafas, para cujo aprendizado já existia escola em Manaus desde pelo menos 1902.

Desse trabalho urbano, a informação quanto ao gênero e etnia, quase sempre emerge na fonte jornalística de forma bastante indireta, como nessa nota do jornal *Alma Portuguesa* quando parabeniza uma jovem lusitana pela passagem de seu aniversário:

IDA PINTO DA COSTA

A 10 do fluente verificou-se a aniversário natalício da prendada senhorita Ida Pinto da Costa, caixa da grande confeitaria Bijou, filha do ex-comerciante desta praça sr. Antonio Pinto da Costa, já falecido.

Como homenagem á honrada família Pinto da Costa, de quem sempre fomos dedicados amigos, publicamos hoje o clichê da gentil menina, desejando-lhe as maiores venturas.

Outro local em que pudemos observar esse viés étnico foi no pequeno setor manufatureiro da cidade, mais especificamente no caso da Fábrica de Roupas Amazonense, cujo proprietário português chegou a empregar, em 1913, 60 mulheres, sendo “a grande maioria constituída de portuguesas”. Convém dizer que a fonte compulsada não chega a indicar os números dessa *maioria*.

Em 14 de novembro de 1912, 56 dessas trabalhadoras declararam-se em greve, contra a demissão do gerente do estabelecimento, que, segundo elas, sofria constantes maus tratos por parte de um dos sócios da empresa. Com certo ar de perplexidade, os jornais locais noticiam a greve do *belo sexo*, apresentando-a como pacífica e trazendo para o mundo do trabalho um importante diferencial:

A causa não foi, como sucede nas *greves* masculinas, de interesses pecuniários: não se cogitou de aumento de salário, nem tampouco da diminuição de horas de trabalho. Espírito altruístico e equitativo moveu a mulher operária um protesto contra uma injustiça, por que foi atingido Tenreiro Junior, gerente do estabelecimento.

Motivou esse neto desinteligências ocasionadas entre esse empregado e o sócio da fábrica, José do Rosario

Diversas costureiras, inqueridas por nosso repórter, declararam que Rosario travava por vezes a Tenreiro muito grosseiramente, sendo este um funcionário probo e trabalhador.

O episódio serviu de mote para que o *Jornal do Comércio* fizesse alusão ao movimento sufragista, então em curso nos Estados Unidos, na Europa e também em algumas capitais brasileiras, externado uma posição de franca preocupação e oposição a essas ideias:

Não sabemos ao certo se as ideias revolucionárias das terríveis e turbulentas sufragistas chegaram a se inculcar no espírito pacato e ordeiro da mulher brasileira. O feminismo, em verdade, é coisa quase completamente esquecida entre nós, principalmente nestas terras das Amazonas, se bem que já possamos contar associações femininas que têm postulado relevantíssimos serviços á causa publica. Tais associações não têm, entretanto, fins políticos de qualquer natureza.

No ano seguinte, indicando um avanço no processo de conscientização operária, as trabalhadoras da Fábrica de Roupas Amazonense também participaram das manifestações em comemoração ao 1o de maio, tal como noticiou o jornal *A Lucta Social*, adepto do sindicalismo revolucionário e animado pelo gráfico português Tércio Miranda. Na reportagem o periódico faz referencias ao discurso proferido pela portuguesa Cecília Miranda:

... detendo-se em frente a pequena bastilha denominada Fábrica de Roupas Amazonense, onde as operárias d'aquela indústria receberam os seus companheiros de trabalho como outrora, os cristãos o fizeram a Jesus cobrindo a rua com aromáticas flores, que também derramaram sob as cabeças do operariado, desde o alto do edificio, orando em seguida a operária Cecília Miranda que leu um belo discurso no qual hipotecava a solidariedade de sua classe ao operário irmão em luta e em sacrificio. /.../o acadêmico Euclides Bentes /.../ saudando as operárias da Fábrica e convidando-as a seguirem no préstimo dos trabalhadores, pois que elas também eram exploradas! /.../. Uma voz fez-se ouvir então, e, de repente, a multidão operária desfilava levando na vanguarda o grupo de operárias da fábrica, em direção ao teatro Alcazar /.../.

A coincidência do sobrenome da oradora com o do líder anarquista português pode não ser mera coincidência, já que, como mencionamos, a maioria das operárias era também de origem portuguesa. Em 1913, passando a fábrica por uma grave situação, onde nem mesmo suas contas de energia conseguia pagar, - crise decorrente da queda dos preços da borracha no mercado europeu - na iminência de fechar as portas, suas operárias tentando salvar seus empregos, unem-se aos patrões na luta para negociar a redução da taxa de energia elétrica da empresa. Criam comissões para expor a situação e pressionar as autoridades competentes, espalham boletins pela cidade denunciando as taxas abusivas de energia cobradas pela *Manãos Tramways and Lights*, reivindicando abatimento. Passo seguinte, vão em comissão ao governador solicitar auxílio para a fábrica, pois seus patrões estavam “lutando para dar-nos pão e trabalho”. Em seus apelos denunciavam que mais de trezentas pessoas ficariam sem emprego caso a fábrica fechasse suas portas.

Muitos desses imigrantes que vieram para Manaus, como de resto ocorreu em outros estados brasileiros, sofreram com a falta de oportunidades de empregos, com os baixos salários, com um custo de vida elevado, com dificuldades para encontrar moradias baratas, sem falar quanto aos custos relacionados a saúde, transporte, vestuário e alimentação. Mesmo durante o apogeu da borracha era comum encontrar homens e mulheres em situação de indigência pelas ruas, sendo recolhidos doentes as casas de saúde e de assistência aos pobres. Os periódicos manauaras denunciavam cotidianamente em suas páginas o recolhimento de homens e mulheres para instituições e hospitais de caridade. Tal situação tendeu a se agravar com a instalação da crise econômica. Em 1918, o periódico *Alma Portuguesa*, denunciava em matéria intitulada *Horrível situação* o estado lastimável por que passava uma família portuguesa em Manaus.

Sabado ultimo, por volta das 14 horas, entrou na Merceria Henrique Dias sita na Avenida Joaquim Nabuco, o sr. Francisco Dias da Silva, cidadão brasileiro, e comunicou as pessoas presentes que em uma barraca a rua Leonardo Malcher se achava uma família portuguesa, composta de sete pessoas, doentes e reduzidas a mais extrema miséria. /.../

Qual o mal dessas sete criaturas, indagarão os nossos leitores? - Era a febre e a fome que os devorava, corroendo-lhes as entranhas dia a dia, hora a hora, minuto por minuto...

Foi comum nos periódicos manauaras, inclusive nos portugueses, lançarem campanhas para arrecadar fundos para ajudar imigrantes em situações difíceis como fez o *Alma Portuguesa*:

Como noticiamos em nosso ultimo no. achava-se recolhida a Santa Casa de Misericórdia a desventurada snra. Dona Maria Duarte C. Dos Santos e seus cinco filhos, victimas, como seu esposo e pae, da terrível crise que atravessamos. A “União Portuguesa” abriu uma subscrição em favor da pobre senhora e filhos, afim de melhorar a sua situação n'aquelle pio estabelecimento e entregar-lhe o excedente para seu sustento, após a sua sahida.

Entretanto, soubemos, com muito prazer, que a benemérita Sociedade Repatriadora, ao ter conhecimento do facto pelo jornal, fez remover immediatamente os doentes da Santa Casa para a Beneficente, correndo o seu tratamento por sua conta.

Bem haja a Repatriadora que tão nobremente se recomenda a toda colônia e ao publico em geral.

Outras experiências de mulheres portuguesas por nós identificadas nos jornais Amazonenses apontam para instâncias opostas, acima e abaixo, das instâncias e grupos sociais aqui mencionados, referindo-se, de um lado, ao comércio do corpo e; de outro, ao magistério e atuação literária. Mas essa é uma história para outro artigo.

Referências bibliográficas

ARAUJO, André Vidal de, 1974. Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas.

BEMCHIMOL, Samuel, 1988. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer.

CAMPOS, Hermenegildo de Campos, 1988. Climatologia Médica do Estado do Amazonas. Manaus: ACA.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas, 2010. Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940). Dissertação de Mestrado em História. Manaus: Ufam.

FONSECA, L., 1895. No Amazonas. Lisboa: Cia. Geral Typografica Editora.

HOBBSAWM, Eric, 1988. A Nova Mulher. A Era dos Impérios, 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MATA, João Nogueira, 1991. Antiquilhas Manauaras. Manaus: Editora Humberto Calderaro Ltda.

MENEZES, Bianca Sotero de, 2014. Imprensa e Gênero: representações da mulher amazonense na Imprensa Provincial (1850-1889). Manaus: dissertação de mestrado. Manaus: Ufam, 2014.

PERROT, Michelle, 1998. Mulheres Públicas. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

PRAIA, Benta Litaiff, 2010. A Crise da Economia Gomífera e o Mundo do Trabalho em Manaus: 1910-1930. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: Ufam.